

***Ser-tão* esquecido: a segregação e os campos de concentração na seca de 1932**

Ser-tão forgotten: segregation and concentration camps in the drought of 1932

Débora Passos de Oliveira^α
Lays Mendes Silva^β

RESUMO: Este trabalho apresenta – a partir de uma leitura psicanalítica com ênfase na noção de segregação – o fato histórico da existência de campos de concentração no Ceará e o alojamento de pessoas que migraram do interior para Fortaleza no ano de 1932, cujo objetivo é apresentar os campos de concentrações aqui existentes. Para tal estudo, dividimos o trabalho em duas partes: na primeira, tomamos como base a obra *Isolamento e Poder*, de Kênia Rios (2014) e, na segunda, fizemos um percurso através das investigações freudianas, perpassando pela leitura de Kehl (2010), até chegar em Lacan a partir de Askofaré (2009). As principais fontes de pesquisa foram livros, artigos de revistas e meios eletrônicos. No tópico Resultados e Discussão, apresentamos definições que se entrelaçam com a história, tal como civilização e barbárie, e que se encaixam perfeitamente com a descrição dos fatos. Dissertamos sobre a queda do pai e a vitória do pacto entre irmãos em prol do enlaçamento social e fizemos uma leitura acerca da segregação dos povos, tão nítida nas concentrações cearenses. Em nossas considerações finais, lançamos uma perspectiva filosófica do homem e seus restos, tal como nos convida a pensar Agamben, e trazemos à tona a reflexão de Arendt, tão presente nos dias atuais. Nossa intenção é fazer com que seu alerta não seja esquecido, como constantemente é a história, ou seja, é lembrar que o mal é possível em nós mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Seca. Laço social. Segregação. Campos de concentração. Psicanálise.

ABSTRACT: This work presents - from a psychoanalytic reading with emphasis on the notion of segregation - the historical fact of the existence of concentration camps in Ceará and the lodging of people coming from small towns to Fortaleza in the year 1932, whose purpose is to present the concentration camps that exist here. For this study, we divided the work into two parts: in the first one, we took as a basis the work *Isolation and Power* by Kênia Rios (2014) and, in the second one, we did a course through Freudian investigations, passing through the reading of Kehl (2010), until arriving in Lacan from Askofaré (2009). The main sources of research were books, magazine articles and electronic media. In the topic Results and Discussion, we present definitions that intertwine with history, such as civilization and barbarism, and which perfectly fit with the description of the facts. We talk about the father's fall and the victory of the pact between brothers for the sake of social bonding and did a reading about the segregation of people, so sharp in Ceará concentrations. In our final considerations, we launched a philosophical perspective on man and his remains, as Agamben invites us to think, and we bring to light the reflection of Arendt, so present today. Our intention is to

^α Doutora em Educação – Universidade Federal do Ceará (UFC).

✉ deborapassosoliveira@gmail.com.

^β Psicóloga – Universidade de Fortaleza (UNIFOR). ✉ laysmendessilva09@gmail.com.

make your alert not be forgotten, as history constantly is, in other words, to remember that evil is possible in ourselves.

KEY-WORDS: Drought. Social bond. Segregation. Concentration camps. Psychoanalysis.

Introdução

O presente trabalho – fundamentado em uma perspectiva psicanalítica, principalmente acerca da noção de segregação – é resultado de uma investigação histórica sobre os campos de concentração da grande seca de 1932, ocorrida no Ceará. Por sua vez, este trabalho é dividido em duas partes. Na primeira, denominada “Uma história (quase) esquecida”, fizemos um recorte histórico dos campos de concentração existentes naquele ano no estado do Ceará, investigando o contexto de sua existência, o público-alvo dos campos, em sua maioria retirantes que migravam de regiões interioranas do Estado para a capital Fortaleza, as condições de saúde, higiene e trabalhos dentro do campo, finalizando o percurso histórico na discussão sobre civilização e barbárie, ciência e religião.

Na segunda parte do trabalho, “A psicanálise sobre os tempos sombrios da seca”, comprometemo-nos a fazer uma leitura do fato apresentado considerando a perspectiva psicanalítica da noção de segregação. Para isto, foi necessário traçar um percurso em que partimos dos textos iniciais freudianos sobre a questão dos mitos, do mal-estar que se instalou após a Primeira Guerra, até chegarmos numa leitura sobre a fratria¹ – que relata o pacto feito entre os irmãos e o mal-estar advindo desse pacto – e, por fim, a segregação.

A justificativa deste trabalho tem seu início com os questionamentos acerca da maldade humana e os campos de concentração nazistas da Segunda Guerra Mundial, até o descobrimento de que o lugar de onde falamos, o Ceará, denuncia

OLIVEIRA, Débora Passos de; SILVA, Lays Mendes. *Ser-tão* esquecido: a segregação e os campos de concentração na seca de 1932. *Mneme – Revista de Humanidades*, Caicó, v. 19, n. 42, p. 78-116, jan./jul. 2018. [Dossiê Sertões: conceitos e sentidos de uma categoria chave para a compreensão da historiografia luso-brasileira. Org. Dr. Eurípedes Funes – UFC e Dr. Evandro Santos – UFRN].

uma história pouco conhecida, de que nestas mesmas terras existiram também concentrados e, por mais incrível que pareça, antes das concentrações nazistas. Portanto, o propósito deste trabalho é apresentar a história sobre os campos de concentrações existentes no Ceará, já que esta é uma história pouco conhecida e que é quase esquecida pelos cearenses.

O referencial teórico escolhido é a perspectiva psicanalítica que transita de Freud a Lacan, por compreendermos que a segregação tem seu fundamento não nos discursos lacanianos, mas nos mitos expostos por Freud (2012), que desde cedo se propôs a estudá-los com cautela e coragem. Devido a isto, delineamos o trajeto da psicanálise, finalizando com um toque filosófico, imprescindível aqui. Deve-se ressaltar que tal percurso é feito somente após a apresentação do fato histórico, pois, assim, temos a princípio o choque de realidade necessário ao leitor sobre os campos e, posteriormente, a leitura sobre a existência de tais lugares e das pessoas que lá foram despachadas.

Neste sentido, façamos uma breve contextualização sobre a história dos campos de concentração no Ceará, desde o surgimento da ideia até a efetivação das construções. O Ceará possui uma localização que é cenário de grandes secas há séculos. Em 1877, várias famílias saíram de suas cidades em busca de condições mais favoráveis para a sobrevivência. Nas secas que se seguiram, em 1915 e 1932, não foi diferente, havendo o movimento de repetição de outras gerações de famílias.

Em 1930, as primeiras pessoas começavam um deslocamento urbano de um local para outro cujo destino certo era Fortaleza, que, em meados do século XX, consolidava-se no cenário nacional como uma cidade moderna e civilizada devido ao “efeito Belle Époque”. Fortaleza, que tinha como referência a transformação avançada de Paris, buscava inovar os espaços públicos e atualizar a relação até

então existente entre o sujeito e a cidade (RIOS, 2014). O que não se queria era a repetição do que houvera em 1877, em que milhares de pessoas fizeram o mesmo percurso em busca de sobrevivência. Nesta época, a invasão chegou a mais de 114.000 pessoas, quando, em Fortaleza, a população mal atingia 25.000 habitantes, o que provocou um caos urbano (NEVES, 2005).

Devido a questões sociais, o número de pessoas que faleceu em detrimento da falta de condições básicas de higiene e saúde foi excessivo. As epidemias que se alastraram no meio social tinham de ser estagnadas. Por causa disso, Rios (2014) aponta que durante a seca de 1877, novos códigos e leis de convivência social na cidade surgiam na tentativa de que se minimizasse aquela tragédia no período da seca. Esses códigos tinham forte apoio do movimento higienista, promovido pelos médicos da cidade, e tinham como intuito resolver os problemas e evitar que mais epidemias se espalhassem em Fortaleza.

De acordo com a autora, foi neste período que os governantes fizeram grandes avanços nas práticas de controle dos sertanejos da cidade. Fortaleza ganhava, cada vez mais, espaços periféricos além das regiões urbana e central, separação que expressava um anseio da elite em se diferenciar dos demais. Em 1932, com o alardeamento da seca, os jornais locais anunciavam com fervor que os retirantes chegavam através de trens, e a população exigia do governo uma ação imediata para que pudesse haver algum tipo de amparo a essas pessoas.

O pedido da construção dos campos de concentração parte, então, de um acordo feito entre governo e a classe burguesa da época, cujo objetivo era a inexistência da circulação dessas pessoas na cidade. A ideia dos campos era de proporcionar condições básicas de vida e assistência para esses sujeitos. Entretanto, não foi o que ocorreu. A população civilizada de Fortaleza almejava modos de viver sem a perturbação da massa retirante que assombrava a estética da

cidade e ameaçava a saúde de seus habitantes; buscava livrar a cidade tanto dos pobres famintos, quanto trazer de volta a saúde e a higiene. Assim, houve uma concordância pela construção dos campos, pois sob controle do governo, essas pessoas estariam melhor amparadas.

Ao inserir a perspectiva psicanalítica sobre a segregação, primeiramente ressaltamos que este termo, tem sua origem no meio psicanalítico a partir dos seminários e escritos de Lacan. Entretanto, o termo é sistematizado pelo psicanalista também francês Sidi Askofaré (2009), que relata que a referência a essa palavra encontra-se na discussão que existe em torno do avanço científico perante a civilização. Até chegarmos a este termo, contextualizamos aquilo que seria a queda do pai pelos irmãos, isto é, a queda de um representante soberano e autoritário a partir da força da coletividade alcançada pelo pacto social. Posteriormente, apresentamos a dicotomia entre civilização e barbárie e, por fim, chegamos à noção da segregação.

Para pensar a segregação, Askofaré (2009) aponta que essa noção tem relação com aquilo que é da necessidade de dominação do discurso científico. Lacan (2003), segundo o autor, denota a ideia da segregação em três perspectivas principais: aquilo que é do laço social e do político, a escola analítica e o passe, e o discurso da ciência e a forclusão do amor. É a partir disso que o percurso lacaniano prenuncia a decadência do pai, tal como Freud (2012) o fez, e afirma que o princípio da fraternidade é a própria segregação.

Esta pesquisa surge com a tentativa de levantar a discussão sobre os campos de concentração construídos nos entornos da cidade de Fortaleza durante a seca de 1932, no Ceará, e a noção de segregação, termo discutido por Lacan, mas sistematizado pelo psicanalista francês Sidi Askofaré (2009). Considerando que trataremos de um recorte histórico frente a um termo discutido pela psicanálise,

esta pesquisa se caracteriza por ser qualitativa do tipo bibliográfico e de caráter documental.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2001), convoca o investigador a lidar com um contexto que é permeado de significados, fazendo com que esse tipo de investigação tenha maior aproximação com fenômenos que não podem ser meramente quantificados. Sendo assim, para a bibliografia fizemos um levantamento de referências em duas etapas. A primeira parte do trabalho se dá a partir de pesquisa documental, que, segundo Fonseca (2002), é a utilização de fontes como “jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas” (p. 32).

Nesta pesquisa, o principal meio de investigação foi a obra de Kênia Rios, *Isolamento e Poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*, onde a autora retrata o percurso histórico da construção dos campos até sua efetividade, condições dos concentrados e a dialética ciência *versus* religião naquele tempo. Como referências históricas secundárias, temos o apoio de artigos de revistas e jornais e a observação de relatórios e fotografias espalhadas pela própria obra de Rios (2014).

Dando continuidade ao percurso traçado aqui, seguimos a linha teórica da psicanálise. A primeira parada está em Freud, com as discussões acerca do *Totem e Tabu* (FREUD, 2012) sobre o mito que acentua a decadência do pai e o triunfo do pacto estabelecido entre os irmãos, ainda que para isto esteja em jogo as renúncias das pulsões individuais. Depois, continuamos com Freud (2011) para discutir acerca da dicotomia entre civilização e barbárie. Por fim, enlaçamo-nos com o diálogo sobre a função fraterna bem discutido e rememorado por Maria Rita Kehl (2010).

Após todo este percurso, finalizamos com Askofaré (2009) e a noção de segregação na perspectiva psicanalítica que, como dito anteriormente, diz respeito a um retorno aos escritos e seminários de Lacan. Mais especificamente, os textos que tratam da segregação, segundo Askofaré (2009), são: a *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola* (LACAN, 2003), *O pequeno discurso de Jacques Lacan aos psiquiatras* e, por fim, o *Seminário XVII – O avesso da psicanálise*, no capítulo intitulado *Édipo e Moisés e o pai da horda* (LACAN, 1992). As principais fontes de pesquisa foram livros, artigos de revistas e meios eletrônicos.

Questões históricas inacabadas: a história de campos de concentração no Ceará

Muito antes da Alemanha nazista, um percurso sombrio deixa um rastro quase esquecido na história do Ceará. Era o ano de 1877. A primeira grande seca do Nordeste, que ocorrera neste ano, fez com que milhares de famílias se deslocassem rumo a cidades menos afetadas em busca de abrigo e melhores condições de vida. Eram pessoas em situação de extrema miséria, fome e sede, um estado de pobreza sem fim. Nas cidades interioranas menos prejudicadas e na capital, Fortaleza, a chegada dos retirantes era irrefreável. De acordo com Miranda (2013), os miseráveis batiam nas portas das famílias alencarinas pedindo água e comida, e além disso, invadiam fazendas e plantios na tentativa de cessar a angústia da fome.

Fortaleza, 1932. Anos se passaram e a triste realidade da condição regional e geográfica do sertão novamente entrava em conflito com a vida dos nordestinos. Desde a seca de 1915, cidades do interior sofriam com as consequências dela, tendo como resquício a ameaça à vida de seus habitantes. Sem o advento da chuva, mais

uma vez a população carente partia em busca de possibilidades na capital. O que não se esperava era que os povos vindos do interior ao invés de adentrarem na cidade de Fortaleza, que se modernizava naquele período, fossem barrados e agrupados em locais específicos para eles. Não eram, a princípio, locais de extermínio, mas eram locais denominados como campos de concentração.

Devido a uma localização geográfica desfavorecida e deveras abandonada, a seca no Ceará é uma protagonista que personifica no presente as marcas do passado. Estas marcas são impressões de um passado não tão distante, em que uma série de atos fez desses acontecimentos algo para sempre lembrado na história do povo cearense. Entretanto, a história que aqui contaremos, por vezes, preferiria ser esquecida. O ano da primeira grande seca, em 1877 (NEVES, 2005), resultou em uma série de mortes de animais e falta de água para os moradores das cidades localizadas em regiões de menor acesso. Isto fez uma multidão de pessoas buscar melhores condições de vida na capital e cidades menos afetadas. Foi a primeira vez, datado pelos registros, que a multidão seguiu em direção a essas cidades.

Como aponta Neves (2005), a seca e esses sujeitos que se deslocaram mudaram radicalmente a relação habituada entre a população que vivia na Capital e a cidade. A sua dinâmica teve de ser atualizada, considerando que a legião retirante chegava massiva e escancarada aos olhos da burguesia e do governo. Desse modo, novos dispositivos foram pensados para o controle das pessoas que chegassem à cidade em caso de secas e grandes calamidades. 1877 foi um ano de caos urbano, porém, o pensamento do progresso civilizatório já habitava o imaginário dos alencarinos.

Desse modo, a população pobre que fazia o percurso até Fortaleza assustava a elite que habitava a cidade e os horrorizava com práticas que fugiam das regras básicas dos bons costumes². Essas práticas perpassavam, segundo Neves (2005),

OLIVEIRA, Débora Passos de; SILVA, Lays Mendes. *Ser-tão* esquecido: a segregação e os campos de concentração na seca de 1932. *Mneme – Revista de Humanidades*, Caicó, v. 19, n. 42, p. 78-116, jan./jul. 2018. [Dossiê Sertões: conceitos e sentidos de uma categoria chave para a compreensão da historiografia luso-brasileira. Org. Dr. Eurípedes Funes – UFC e Dr. Evandro Santos – UFRN].

desde os aspectos da fome e da formação das massas até os desdobramentos do conservadorismo da moral, que veremos posteriormente como um ponto primordial na constituição dos campos de 1932.

Nesse período, os jornais já anunciavam o que era visível para todos, ou seja, a miséria estava instalada na cidade de Fortaleza. Anos depois, em 1915, e sem o cessar das estiagens, o primeiro campo de concentração surge com a ideia do governante do Ceará, Benjamin Liberato Barroso, cujo objetivo era observar os comportamentos dos sujeitos abrigados, na tentativa de manter uma ordem que não desacatasse a moral. Assim, com mais uma andança no tempo, chegamos ao ponto crucial deste trabalho: a seca de 1932 e seus desdobramentos. Esta seca representou uma mudança na dinâmica entre cidade, população urbana e os flagelados que estavam chegando. E, sem medo, eles chegavam em expressiva quantidade³.

“Os retirantes estão chegando!”⁴

Com um ar de esperança, o caminho percorrido pelas trilhas ferroviárias deixava rastros e anunciava o caminho da seca. Esses rastros eram dos flagelados que, famintos, buscavam melhores condições de vida na capital Fortaleza. Segundo Rios (2014), no ano de 1932, o Ceará era atravessado por duas estradas de ferro primordiais, uma de Baturité e outra de Sobral. A estrada de ferro de Baturité perpassava as principais cidades do Sertão Central, como Quixeramobim, Senador Pompeu e Crato, locais onde houve campos de concentração.

Os lugares onde havia trilhos e trens eram preferíveis porque a locomoção através do transporte evitava a perda de parentes durante o caminho devido a fome

OLIVEIRA, Débora Passos de; SILVA, Lays Mendes. *Ser-tão* esquecido: a segregação e os campos de concentração na seca de 1932. *Mneme – Revista de Humanidades*, Caicó, v. 19, n. 42, p. 78-116, jan./jul. 2018. [Dossiê Sertões: conceitos e sentidos de uma categoria chave para a compreensão da historiografia luso-brasileira. Org. Dr. Eurípedes Funes – UFC e Dr. Evandro Santos – UFRN].

e a sede, tal como ocorrera em 1877. Considerando o excesso de pessoas, houve uma suspensão da venda de passagens, ato que não impediu a chegada dos sertanejos. Portanto, os locais em que essas pessoas desembarcavam era justamente onde o controle deveria ser maior. As ferrovias deveriam funcionar, tal como aponta Neves (1995, p. 110), como “uma antessala do Campo de Concentração”, evitando, que a migração deles para a capital e conflitos nas ferrovias fosse possível.

Sendo assim, devido a essa chegada excessiva e a necessidade de controle, a construção dos campos de concentração se deu próximo às linhas de ferro. “A geografia da migração”, como posto por Rios (2014, p. 20), desenhavam de modo preciso o mapa da seca e o percurso feito pelos flagelados. Esse mapa segue o raciocínio das vias ferroviárias, que é também o caminho feito pelos retirantes. Desse modo, apesar do afastamento dos campos da capital, localizados nas proximidades das linhas férreas, vários migrantes chegaram aos bairros nobres de Fortaleza. Em 1932, a capital cearense se via invadida pela miséria e pelo flagelo.

Sem rumo, os sertanejos que chegavam à cidade se acoplavam nos lugares possíveis, como calçadas, e saíam a pedir esmolas, já que a maioria não tinha parentes na cidade, emprego ou outro meio de sobrevivência. Como a venda de passagens fora extinta, a expectativa era de redução da chegada dos retirantes. Entretanto, isso não ocorreu, fazendo com que próximo ao mar pessoas ficassem desalojadas, buscando construir moradias e viver em condições marginalizadas. Ali se formariam as primeiras áreas periféricas de Fortaleza.

Em 1932, os trens despejavam os flagelados na parte da cidade que ficava mais próxima do mar, onde localizavam-se as últimas estações férreas de Fortaleza. Desse modo, muitos retirantes erguiam seus casebres nas proximidades da praia. [...] Em 1932, os grupos dominantes direcionaram o

“embelezamento” da cidade, conservando um certo distanciamento do mar (RIOS, 2014, pp. 29-31).

Com esse relato, entende-se porque Fortaleza ainda hoje possui vastos polos suburbanos, principalmente próximo a linhas de trens, assim como nas regiões marítimas. Alojados em condições precárias e formando aglomerações no entorno das linhas férreas, os sujeitos que ficaram na cidade deixaram de ser denominados como “flagelados” e passaram a ser chamados de “favelados” (RIOS, 2014, p. 31).

A burguesia fortalezense mantinha constantes diálogos com os altos cargos do poder público, que tinha o intuito de propor práticas de controle e evitar possíveis desordens na cidade. Apesar de algumas divergências dentro da própria elite, era unanimidade a percepção de manter os retirantes afastados devido ao progresso e à segurança. Portanto, continua a autora, em 1932, a súplica era de que houvesse “trabalho para os flagelados, construção de açudes e estradas e obras na Capital” (RIOS, 2014, p. 36).

Sendo assim, a prática de caridade se dava mais fortemente a cada passo dos efeitos da seca, principalmente pelo lado da elite conservadora cristã. Essa prática era apresentada aos pobres como uma forma de bondade e vontade de gerar empregos para a população, quando, na verdade, isso enriquecia os donos de indústrias e proprietários da exportação que, devido a pouca formação dos trabalhadores, mantinham um investimento de baixo custo com relação à mão de obra. Nessa época, a autora ressalta que o capitalismo cristão posto na cidade tinha uma conotação de assistência e caridade, e que justamente isso objetivava estreitar os laços entre o sertanejo operário e o catolicismo. Sob tal olhar, entende-se que a seca não foi, de todo, algo ruim, principalmente quando se trata dos investidores e donos de indústrias.

Tendo a possibilidade de contratar em escala e com pouco investimento financeiro, a contratação dos operários era uma forma de controlar mais ainda as pessoas que vinham do interior. Enquanto a pobreza era manipulada, a população abastada seguia firme sem preocupações, pois suas obras de caridade e ajuda aos mais necessitados estavam sendo cumpridas. E não sendo suficiente, era fundamental que a população geral fosse informada desses atos. Os egos políticos entravam em acordo com os jornais da época – como o jornal O Povo, Gazeta de Notícias, O Nordeste e Correio do Ceará são os aís mencionados pela autora – para a divulgação dessas boas ações.

A noção de civilização em Fortaleza neste período surge a partir do ideal católico da população e do controle posto sobre os retirantes da seca derivado das ditas ações caridosas e religiosas. A miséria dos pobres era anunciada como algo que não poderia ser mudada e era enfatizada pelos católicos, inclusive padres, que os retirantes deveriam conformar-se com essa condição, a seguir pelo exemplo de Cristo. Isso reafirmava a condição de pobreza dos demais.

O significativo sol e os discursos da seca

O sol, fonte de luz natural e vida e, no caso da população fortalezense, um esplendor da beleza da cidade que ainda atrai a atenção de turistas, tinha uma conotação distinta para os flagelados. Nas secas que antecederam 1932, as linhas férreas não eram uma opção para o deslocamento. As pessoas que vinham do interior se deslocavam em bando, na maioria familiares. Muita gente morreu nesta época de fome, sede e da falta de condições básicas no percurso. Desse modo, a metáfora do sol corresponde mais do que ao cenário da seca, uma vez que ilustra

também a *secura afetiva* e o abandono experienciados pelos sujeitos que a sede vivenciaram.

Para o sertanejo, a imagem do sol pode significar o anúncio da morte. Nos anos de seca, o sol do Sertão simboliza tristeza e dor. O sol dos poetas bucólicos – que põe Fortaleza em mística harmonia com a natureza – e o sol dos empresários e jornalistas associados à valorização do turismo – que coloca Fortaleza em sintonia com o progresso – não deixam espaço para o sol do flagelo. Na iluminada Fortaleza, o raio do sol mortificador – traduzido no sofrido corpo do retirante – não é bem-vindo (RIOS, 2014, p. 46).

O discurso da elite, em 1932, tomava dois rumos diferentes que, apesar de distintos, se encontram no percurso histórico anunciando um paradoxo. Esses discursos transitavam entre manter os pobres afastados da construção imaginária da cidade e ter avanços no projeto de sua urbanização. O início daquele ano demarcava, por parte da burguesia, a vontade de manter os retirantes longe da cidade, com a intenção de proteger a identidade da Fortaleza civilizada. Estas pessoas, no entanto, têm papel fundamental na construção desses projetos e, sendo uma mão de obra facilmente manipulada, ficavam no controle da elite industrial, sob o argumento de ter um trabalho e de que aquelas estruturas serviriam para aliviar o sofrimento das secas futuras.

O anseio por trabalho partia tanto dos migrantes quanto dos comerciantes, que alegavam o aumento das linhas ferroviárias para melhor transporte de produtos. Além disso, a elite também reivindicava melhorias no porto da cidade. Sendo assim, o dilema se estabelece, pois, junto ao transporte dos produtos, que eram a forma de consolidação de uma cidade nobre e pioneira da revolução, vieram também retirantes trazendo miséria e pobreza. Eis, portanto, o paradoxo.

De tal forma, Rios (2014) aponta que no imaginário da elite os avanços civilizatórios partiam do ideal de fazer a cidade progredir com obras monumentais e manter os retirantes ocupados com o trabalho, tendo como discurso o fato de que algumas das obras (como é o caso dos reservatórios) iriam combater as próximas secas. É fato que a elite fortalezense já endeusava a estética da cidade como um avanço que se espelhava em Paris. Assim, conseguiam controlar a chegada dos retirantes a partir dos discursos de combate à seca, ao passo em que o meio urbano avançava sob o trabalho dos flagelados.

Uma reportagem do mês de abril do jornal *O Nordeste* daquele ano, afirmava que “as crises climáticas periódicas têm sido para a nossa terra o fator de destruição das nossas riquezas, mas, ao mesmo tempo, o maior elemento de progresso do nosso meio econômico” (RIOS, 2014, p. 47). Portanto, essa prática, que já era relativamente comum, visto que a seca de 1877 foi a primeira cujas obras e reparos urbanos foram erguidos com o trabalho do retirante, consolidou-se com a situação da seca de 1932.

Ainda seguindo a linha histórica, a seca de 1932 acentua o que os registros das estiagens anteriores já alertavam. O poder público utilizava o discurso das condições climáticas para conseguir trabalho dos retirantes. A autora apresenta que o número de ruas inauguradas fora significativo nas três últimas secas, mais do que em períodos chuvosos. Seguindo esse ideal progressista, em maio de 1932 o primeiro arranha-céu da cidade fora erguido no coração de Fortaleza.

A Fortaleza intelectual: a padaria espiritual

Devemos neste texto explicar sobre o local onde fora erguido o hotel. O centro da cidade, na passagem dos séculos XIX e XX, era o lugar de maior frequência da alta sociedade e da nata intelectual da época. Nesse ambiente, um excêntrico grupo literário surgiu, afrontando a burguesia da cidade. Eram jovens boêmios que formaram uma sociedade denominada *Padaria Espiritual*. A Padaria era composta por pessoas que tinham interesse em discutir sobre artes e literatura e, por isso, seus membros eram escritores, artistas e poetas – não da alta sociedade, mas da classe média.

Os padeiros, como nos apresenta Ponte (2012), eram inimigos ferrenhos da elite burguesa, chegando a trocar farpas com eles no jornal *O Pão*, redação própria, e através de suas performances públicas, que ocorriam inclusive nas estações ferroviárias. Entretanto, apesar de tamanha afronta, os padeiros passaram a ser aceitos nos locais de prestígio, pois suas aparições e publicações foram nacionalmente reconhecidas, além do fato de que, naquele momento, eles eram parte da elite intelectual de Fortaleza.

Os locais de renome citados são principalmente o Passeio Público, considerado um espaço de lazer, e toda a região central da cidade. Em cada ponto da Praça do Ferreira – hoje tomada por lojas de comércio – existia um café que era local de encontro tanto da elite, quanto dos padeiros. Eram eles o Café Java (principal local dos encontros), Café Elegante, Café Iracema e o Café do Comércio, que surgiram após 1880 como um símbolo dos avanços civilizatórios da cidade e do país inspirados na França do século XIX e XX (PONTE, 2012). O Centro era, portanto, uma ilustração do ideal civilizatório que a sociedade burguesa almejava e,

por isso, a construção do hotel teve neste local um ponto tão significativo, objetivando chamar atenção de empresários e turistas para a cidade.

Desse modo, com um porto em andamento e um arranha-céu inaugurado, a cidade ganhava ares de civilização e conseguia atrair pessoas de outros estados. Os turistas visitavam a Fortaleza bela e também eram apresentados à seca de um modo singular. O sofrimento conhecido por eles não era o da seca do sertão, e sim o do sertanejo alojado atrás dos muros do campo de concentração. Era um sofrimento por vezes silenciado e era importante que fosse visto pelos turistas, pois a imagem da seca reforçava a vinda de recursos financeiros externos.

A Fortaleza civilizada: os avanços da cidade e a concentração do flagelo

É fato que, com a seca, muitos avanços foram possíveis na busca pelo progresso de Fortaleza. Portos, edifícios e ruas foram construídos sob a égide do trabalho do flagelado, mas não somente de muros e concretos se deu a mudança na cidade. Sob os cacos da morte e o que restava da pobreza, vários retirantes, desde a estiagem de 1877, não voltaram para suas terras, tornando-se novos habitantes da cidade da luz. Em 1932 não fora diferente. Dessa maneira, era necessário um novo código normativo que regesse a população de modo geral.

O código de posturas tinha a prática de controle que visava manter a cidade dentro de certos padrões. O apoio do saber médico era o que delineava o código como sendo fortemente higienista. Em 1932, as periferias foram ganhando corpo e era necessário que esta prática se aplicasse aos comportamentos que diferiam das atitudes da população do centro. Os espaços públicos tornam-se, portanto, palco da nítida diferença social. A partir do código, era possível avistar no mesmo lugar

pobres, pessoas de classe média e elite sem que houvesse mistura, reafirmando o lugar de cada sujeito e acentuando as diferenças entre os povos.

Postas essas diferenças sociais, os jornais da época continuavam a espalhar o terror que era a chegada dos sertanejos. Estes destacavam-se nas matérias jornalísticas como pessoas que invadiam trens e poderiam atacar a população. Portanto, além das divisões sociais, instaurou-se também o medo dos fortalezenses que se dava pelo temor do saque de seus estabelecimentos. Assim, a elite exigia uma rápida e eficaz atitude do governo para o amparo dessas pessoas, traçando planos de trabalho, proteção e auxílio a elas. O saque era visto não como um ato ilícito, mas como um comportamento instintivo causado pela fome que vivenciavam os pobres.

Devido a isto, a disciplina imposta pelos códigos de conduta e pelo saber médico apresentou-se como fator indispensável na corrida em direção à civilização. Nesse plano de controle surge a ideia da construção de campos de concentração, que abrigariam os retirantes e que, teoricamente, receberiam do governo o auxílio necessário de comida e assistência médica. Ali, os sujeitos ficariam encurralados, tornando o lugar conhecido, posteriormente, como “curral do governo” (NEVES, 1995), além da observação e controle dos corpos que ali estavam. Assim, os flagelados tinham a opção de ficar em Fortaleza ou ir para outros estados.

A mendicância em Fortaleza neste período tomou um novo rumo não apenas devido ao excesso de pessoas, mas graças ao debate sobre a migração. Para alguns, emigrar os flagelados era uma forma de perder mão de obra que contribuiria com o desenvolvimento do plantio, do comércio e da indústria. Para outros, era uma forma de garantir a sobrevivência dessas pessoas, além de mantê-los afastados da cidade. Portanto, com parte dos retirantes empregados, outra parte

que lotava os campos de concentração e uma parcela que emigrava para outros estados, os que sobravam viviam às vielas das calçadas pedindo dinheiro e comida, sendo no mais puro sentido da palavra, miseráveis.

Os campos de concentração da seca de 1932 foram construídos a partir de um acordo entre representantes do governo e sociedade. A teoria defendida para a estruturação dos campos era de que o amparo seria mais eficaz se eles estivessem sob observação e alojados em conjunto. Citando uma carta em defesa das construções, Rios (2014) alega que esses alojamentos possuíam diversos problemas que possibilitou o surgimento de doenças e a perda de vários concentrados. Sendo assim, o ideal era que as cidades tivessem aprendido com as secas anteriores e estivessem mais atentas tanto sobre as construções, quanto sobre o alojamento. Entre discussões e opiniões, o estado interveio anunciando a estratégia decidida. A criação dos campos de concentração para a seca vivenciada naquele ano seria efetivada.

Para atender com eficiência os serviços de socorro aos flagellados, e evitar o deslocamento deveras temível para a saúde e a tranquilidade públicas das populações sertanejas que emigravam para diversos pontos, principalmente para a capital, a interventoria tomou urgentes providências. Tratou o governo de concentrar os flagellados em pontos diversos, afim de socorrê-los com eficiência e no tempo oportuno. Foram criadas, sob a fiscalização do Departamento das Secas, sete concentrações: Burity, no Município do Crato; Quixeramobim, no Município do mesmo nome; Patu, no Município de Senador Pompeu; Cariús, no Município de São Matheus; Ipú, no município de mesmo nome; Urubu e Otávio Bonfim, no Município de Fortaleza (Relatório apresentado ao Exmo Sr. Presidente da República pelo Interventor Federal, Cap. Roberto Carneiro de Mendonça, 22/09/1931 a 05/09/1934 – Ceará-Fortaleza *apud* RIOS, 2014, p. 82).

Dessa forma, o saber médico dava o aval de segurança à população nobre da cidade. Apesar disso, os dois campos em Fortaleza causavam preocupação às

peças. A historiadora aponta que o governo explicava a seus habitantes que esses campos eram afastados da elite e, sendo erguidos nas regiões mais periféricas da cidade, tal afastamento manteria segura a burguesia. Mesmo assim, a população dormia com medo. A multidão que estava na cidade era mal vista aos olhos da elite e parte desta defendia seu retorno para o sertão. Campos, asilos e outros lugares foram criados com o objetivo de isolar a população pobre.

Era fundamental que eles estivessem longe da linha de visão. Entretanto, nem sempre isso era possível. O retirante tinha embates com o governo mostrando resistência frente ao que era posto. Com as primeiras chuvas, muitos pensaram que a cidade estaria livre da recepção de mais fugitivos da seca, mas este raciocínio não durou. Muitos imaginavam que a miséria não acabaria com as chuvas, então, fora sugerido pela população que tais localidades servissem para o controle das pessoas pobres em Fortaleza.

Ignorância de lá, resistência de cá: medicina *versus* curandismo

Neste período, o saber médico e científico adentrava o cotidiano e a casa das pessoas. As indústrias farmacêuticas faziam, corriqueiramente, anúncios nos jornais e ganhavam cada vez mais apoio e espaço nos meios de comunicação. O ataque às crenças menosprezava os saberes transmitidos por gerações e disseminava a ideia do poder científico. De um lado, a sociedade burguesa e o governo apoiavam a medicina e, de outro, os sertanejos resistiam, tendo maior crença em seus ancestrais. Assim, instaurou-se uma guerra entre o saber médico e o curandismo, que, novamente, reafirmava os polos existentes entre a elite e o flagelo.

Com a ajuda dos jornais, as denúncias relacionadas às curandeiras eram constantes, já que sua prática desautorizava a medicina. Assim, o serviço de vacina se via prejudicado e os médicos apelavam para que as autoridades fizessem algo em prol da melhor aceitação da população carente. A resistência advinda dos sertanejos nos campos partia não somente na discordância das ordens emitidas pelo governo, mas também pela crença que tais curandeiras eram enviadas por Deus com a missão de saber quem iria continuar vivo.

É interessante perceber como a religião possui força dentre os sertanejos. Em uma nota de rodapé, Rios (2014) aponta que a crença em São José, padroeiro do Ceará, era decisiva no rumo que as pessoas tomariam. Diz a autora que o santo era um “anunciador de um bom inverno ou de uma seca” (p. 18) e que, se em seu dia houvesse chuva, seria um bom sinal, e, se não, vários perdiam a esperança e deixariam o sertão em busca de algo melhor.

Desse modo, a religião foi o meio encontrado pelos sertanejos para enfrentar as adversidades da seca. A questão da saúde dos flagelados nos campos deu espaço para embates, por um lado, a partir da tentativa de obrigatoriedade das vacinas e, por outro, da resistência dos flagelados em receber tais vacinas. Essa resistência apoiava-se não só na fé e na religião, mas também no medo de serem mortos pelos medicamentos. A luta do sertanejo tinha sustento no catolicismo e a crença ajudava a manter de pé os que tentavam fugir da seca.

Sendo assim, o saber médico, com apoio dos meios de comunicação, das classes dominantes e do governo, ganhava prestígio, mantendo o teor de civilização e ordem que tais práticas trariam perante a sociedade. A elite tornou o discurso médico soberano e acreditou que ele sustentaria a cidade civilizada e englobaria os concentrados como parte de sua população para que não houvesse o contágio

excessivo de doenças. A partir disso, um problema: estava instalado o medo dos sertanejos e a dificuldade de fazer com que esta população recebesse as vacinas.

Com a ordem de impor as leis higienistas, os profissionais da saúde tiveram muitas dificuldades em lidar com a população flagelada. Disso, temos os primeiros sinais de que tal população carente fora tratada com desdém, pois, além de pobre, sua ignorância recusava as insistências médicas que tanto almejavam controlar e moldar aqueles corpos.

Muitos destes profissionais consideravam o sertanejo um ignorante sem solução. [...] Ao que parece, somente no momento da seca, com o isolamento dos miseráveis, a medicina tentava uma aproximação mais definida com os sertanejos. A imposição de novas formas de relação com o corpo significava para esses retirantes um redimensionamento geral no seu modo de viver. Ao negar a intervenção dos médicos, o concentrado estava defendendo o espaço do seu corpo, ou melhor, delimitando as fronteiras da sua corporeidade, em face das autoridades. Nessa perspectiva, a invasão do seu corpo era uma violência ou uma ameaça contra a sua própria vida (RIOS, 2014, pp. 111-112).

Sendo assim, era fortemente viva a resistência dos sertanejos diante das imposições do governo e questões médicas. Essas pessoas conseguiam lutar em prol de sua sobrevivência e suas crenças foram grandes aliadas para o estabelecimento de conflitos existentes. Além da inquietação contra os médicos e os métodos, a questão com relação aos roubos de comida ganhou nova conotação. Para a sociedade, se aquelas pessoas tinham meios de conseguir comida, fosse no campo ou através do trabalho, a punição deveria ser mais rígida.

Um exemplo citado pela historiadora chamou atenção ao ser descrito como “o roubo de charque”, por lembrar a exceção desses sujeitos e fazer ponto com sua condição animalésca. Trata-se da história de um saque coletivo a um trem em Orós, que ficara rodeado pela massa faminta que invadiu os vagões em busca de charque

para comer. Ao que se percebe, a relação com a comida era uma difícil questão, pois alguns indagavam sobre o aumento da punição para os roubos de comida e outros se aproveitavam para lucrar com a venda da comida que deveria ser destinada para os campos, mas eram vendidas em feiras.

Por fim, um dos últimos aspectos sobre os campos era a utilização dos banheiros como prática de higiene para a feitura das necessidades fisiológicas básicas. Aponta Rios (2014) que era comum que os sertanejos fizessem suas necessidades no próprio quintal de casa naquela época. Não havia um espaço para o direcionamento das práticas de higiene básica. Sendo assim, além da falta desse local próprio, a prática de dividir o banho entre pessoas da mesma família era também um ato comum. Desse modo, os vigilantes e inspetores dos campos de concentração tentavam implantar as noções de individualidade e vergonha dentre os flagelados.

Curral de corpos e cactos e a breve semelhança com os campos nazistas

O flagelo ganhava corpo e números. Era um total de 73.918 pessoas alojadas nos setes campos de concentração. Segundo Rios (2014, p. 91), a menor quantidade de pessoas estava nos Campos de Fortaleza porque muitos eram barrados nos campos nos interiores de Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, Cariús e Buriti. Mesmo em menor quantidade, a atenção era maior com os campos da capital. A intenção era que estes locais fossem um exemplo para a sociedade do efetivo trabalho que lá ocorria e que, perante a vista dos que viam de fora, apresentasse-se de forma caridosa e humanizada. Enquanto a concentração se mostrava como exemplar, os sujeitos viviam regidos sob o controle.

Os Campos de Concentração funcionavam como uma prisão. Os que lá chegavam não podiam mais sair, ou melhor, só tinham permissão para se deslocar quando eram convocados para o trabalho, como a construção de estradas e açudes ou obras de “melhoramento urbano” de Fortaleza, ou quando eram transferidos para outro campo. Durante esses deslocamentos, sempre havia uma atenta vigilância para evitar as fugas ou rebeliões (RIOS, 2014 p. 93).

Ao que nos é contado pela historiadora, os que habitavam os campos cearenses não tinham permissão para circular livremente. Quando saíam, era para cumprir ordens de melhoras na cidade, ou seja, um trabalho forçado. Abrindo breve parênteses, é interessante pensar a semelhança entre tal descrição e a lembrança do letreiro “*Arbeit macht frei*” das entradas dos campos nazistas alemães. A famosa frase, estampada nos campos de trabalho e extermínio, significa, em nossa língua, “O trabalho liberta”. Apesar das nítidas diferenças contextuais e históricas, os campos cearenses traçam uma linha que parecem ter o mesmo percurso.

Primeiro ocorre o isolamento. Era necessário que houvesse um lugar para abrigar os que diferiam, nesse caso, os sertanejos. Depois, a ideia do trabalho era disseminada, no Ceará, pelo progresso da cidade e contra secas futuras e, na Alemanha, em prol da sobrevivência. Por fim, a observação e o atento controle dos corpos. No Ceará, o trabalho era visto como uma estratégia da disciplina, tendo dentro do campo locais como barbearias, pequenas oficinas e pontos de fazer roupas para os concentrados com materiais reciclados.

Como estrutura básica, cada campo tinha um posto médico, cozinha e pavilhões que determinavam os locais onde as pessoas ficariam. A grande divergência se deu, obviamente, pelo contexto das construções, pela diferença da quantidade de pessoas mortas e pela época. No entanto, o primeiro campo

cearense fora construído em 1915 e os demais em 1932. Já os campos nazistas surgiram na Segunda Guerra com ascensão de Hitler, entre os anos de 1939 a 1945.

De volta ao Ceará, a agressividade dos inspetores dos campos chamava a atenção dos administradores. O *status* de superioridade fazia com que muitos desses supervisores chegassem a níveis enfáticos de violência e discursos que carregavam o bom tom civilizador da época. Em casos de punição, locais específicos existiam para conter o indivíduo, podendo ser este, inclusive, o inspetor que exagerava na agressividade. A disciplina era fundamental e deveria ser exemplar em qualquer instância.

Portanto, considerando a situação, os conflitos eram incisivos a partir de certos comportamentos dos concentrados, que poderiam ser presos por roubo de comida ou quando infringiam as ordens de restrição sexual, atacando a aparente moral do campo. A vigilância neste aspecto era primordial, pois a ideia do projeto poderia ser prejudicada caso os atos sexuais se disseminassem com frequência. Desse modo, havia uma separação restrita para os pavilhões onde ficavam mulheres e famílias, e outro local somente para os homens.

A restrição dos atos sexuais implicava na disseminação da religião dentre os campos. Tais atos, assim como a união entre pessoas sem a bênção de Deus, eram acometidos como pecados podendo estender essa ideia às pessoas desordeiras. O papel da igreja católica e dos padres que transitavam nos campos era também de levar conforto para as famílias que perdiam parentes, alegando que tais pessoas estariam salvas próximas ao Pai. As mortes ocorriam com frequência, chegando a sete falecimentos por dia. Rios (2014) aponta que em 1932 o livro oficial de óbitos registrou um total de 23.000 mortes.

Como dito anteriormente, pequenos trabalhos eram feitos dentro do campo pelos sertanejos, tanto para a manutenção do local, quanto para evitar possíveis

conflitos. Criava-se uma imagem do sertanejo como alguém que deveria trabalhar se possuísse boa saúde, principalmente se recebe esmolas pelo trabalho no campo. Desse modo, alguns sujeitos poderiam se revoltar a qualquer momento e passariam a ser denominados com diversos adjetivos pejorativos. Ali, presos àquela situação, sem sair e sob observação constante, eles faziam metáfora e conseguiam ressignificar seu lugar no campo. Os próprios concentrados entendiam sua condição de animal e uma singular passagem da referência estudada aponta como eles mesmos denominaram essa triste condição.

Outro aspecto significativo é o nome com o qual o flagelado batizou os Campos de Concentração: Curral do Governo. Na sua vivência do mundo rural, o sertanejo sabe que o gado precisa ser encurralado para não fugir. O curral é uma prisão. Mais que isso: é uma prisão de animais. O Campo não era, portanto, um lugar para gente. Era uma prisão que tratava os seres humanos como bichos (RIOS, 2014, p. 102).

Dessa forma, com base nos registros apresentados, tais sujeitos tornavam a seca não cenário de fundo, mas protagonista da história que atravessara a vida de todos. Aqueles que vivenciaram a condição de retirante tinham noção do que significava sua experiência e faziam borda em cima da realidade. Neste sentido, o passado é uma narrativa esquecida que ecoa no presente. Ainda hoje, os rastros deixados pelas secas assombram a população do sertão do Ceará e mesmo assim é pouco conhecida a história e pouco se reflete sobre a relação existente entre o sertanejo e a cidade.

Esta, portanto, é a história (quase) esquecida sobre os campos de concentração cearenses, locais de controle e observação, aglomerações, ênfase da pobreza e a miséria que vivenciava o Ceará do século XX. 1932 deveria ter sido um ano inesquecível para os cearenses, no entanto, é uma passagem quase apagada da memória e pouco conhecida pela população atual. A consequência é esta: um

sertão que fora abandonado e que continua sendo constantemente esquecido pela própria história.

A Psicanálise sobre os tempos sombrios da seca

Para alcançar o *status* civilizatório, a humanidade atravessou os impasses da fúria íntima dos homens frente ao meio social que clamava por uma organização. Foi, e ainda é, preciso para constituir a chamada civilização que esta transpassasse guerras e movimentos de massas que tinham como pano de fundo um instinto agressivo próprio do homem e que se destacava por ser, talvez, a grande arma em prol de sua sobrevivência. Portanto, para falar sobre os campos de concentração ocorridos no Ceará no ano de 1932, mencionemos primeiro o conceito de civilização, que é definido por Freud (2011, p. 34) como sendo “a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais” e que possui duas finalidades: proteger o homem contra as forças naturais e regulamentar os laços estabelecidos entre a comunidade humana.

Desse modo, para se proteger contra os impulsos da natureza, o homem utilizou-a a seu favor, fazendo dela sua arma contra os imprevistos naturais e manipulando-a com o objetivo de sobrevivência. O domínio da natureza se inicia desde muito cedo e para ilustrar tal imagem, recorreremos às investigações compelidas por Freud (2012) nos estudos etnográficos acerca do totemismo. Na busca pelo entendimento das relações humano-culturais, a pesquisa freudiana se dá também no campo histórico, cuja imposição da exogamia era tratada pelas tribos mais primitivas como um ato fundamental na boa relação e manutenção entre os clãs, lugar que trataremos a frente.

Freud (2011) revela-nos que o domínio do homem sobre a natureza aponta o nível em que determinadas culturas se encontram. Se a terra poderia lhe ser proveitosa, ele deveria utilizá-la da melhor forma possível a favor de sua proteção. Este é o primeiro passo: ter o domínio da natureza. Posteriormente, o autor relata a apreciação estética da cidade, que, como nos exemplificou Rios (2014), foi uma das grandes motivações para que se evitasse o trânsito de retirantes no meio urbano. Em outro aspecto, Freud nos apresenta a necessidade de ter no ambiente civilizatório os “sinais de limpeza e ordem” (2011, p. 37), que, nesse momento, configurava uma forte distinção entre o sujeito limpo, que era considerado *civilizado*, e o sujo e sem modos, considerado o *bárbaro*.

Dessa forma, no imaginário urbano, a sujeira se associava à barbárie, assim como a limpeza da natureza e do corpo era vinculada à civilização. A ordem, portanto, passa a ser considerada um sinônimo de civilização e se instaura enquanto lei dentre algumas comunidades humanas – não todas – que estabeleceram regras de controle no meio social. Para finalizar, Freud aponta-nos a necessidade das relações sociais que coloca o sujeito dentro de uma instituição, seja a comunidade, a família ou o estado.

As investigações freudianas apontam que, ao invés da religião, o sistema do totemismo era vigente nos clãs mais primitivos. O totem era uma força protetora do clã e este confiava plenamente em seu totem. Sendo assim, o respeito pelo totem fundamentava todas as obrigações sociais existentes e se sobrepunha ao pertencimento das tribos e laços sanguíneos de cada clã. Se algum membro desrespeitasse a lei tendo relações com pessoas do mesmo clã, este membro deveria ser punido pelos demais. Desse modo, como uma forma de evitar e punir o incesto, a exogamia foi instituída nos clãs a partir das fratrias e as subfratrias que,

quando distintas, relacionavam-se umas com as outras. A partir dali, formavam-se os grupos de irmãos no laço social.

Um homem chama de “pai” não apenas seu genitor, mas também outro homem que, conforme os estatutos da tribo, poderia ter desposado sua mãe e se tornado seu pai; chama de “mãe” qualquer outra mulher que, sem ferir as leis da tribo, poderia ser sua mãe; chama de “irmãos” e “irmãs” não só os filhos de seus pais verdadeiros, mas também os de todas as pessoas referidas que com ele mantêm relação parental no grupo, e assim por diante. Os nomes de parentesco [...] não indicam necessariamente consanguinidade entre eles, como em nossa linguagem: indicam laços sociais, não físicos (FREUD, 2012, p. 26).

Neste sentido, “o mito freudiano de passagem da humanidade”, apresentado por Kehl (2010, p. 15) expõe que a horda era submetida ao desejo do mais forte. Posteriormente, haverá um pacto entre irmãos, cuja necessidade de se ter um líder é inexistente. Este pacto se denominará como *função paterna*. Com o objetivo de destituir o tirano, o pacto rompe com o pai opressor e faz valer um acordo que sugere a renúncia dos desejos pulsionais como condição para a sobrevivência da coletividade.

No momento em que ocorre a morte do Pai, a sociedade desloca-se de uma sociedade paterna para uma sociedade fraterna. O clã, que vivia à sombra do tirano, reorganiza-se para manter uma ordem igualitária, havendo assim um reposicionamento das funções que fazem o grupo gerir a si mesmo. A intenção era que ninguém ocupasse o lugar instituído pelo Pai e, sim, que esta função se instituisse como modo de *amparo simbólico* perante a formação da nova comunidade (KEHL, 2010). Ao passo que morre o Pai, sua condição simbólica continua viva. Ocorre então a passagem de um grupo regido por um Pai para um grupo regido pela Lei entre os homens. Assim, o pai morto é muito mais forte do que o pai vivo e, para haver civilização, é necessário haver pacto.

Para alcançar esse ideal civilizatório, é fundamental o consenso daquele que se considera um semelhante. A realidade é que esse pacto pela civilização serve aos homens não somente para lhes impor limites, mas para reforçar a ideia de que deve-se ter cuidado com o instinto natural agressivo do sujeito e regulá-lo, já que ele tende a satisfazê-lo no próximo ou no ambiente externo. Essa nova conjuntura, Kehl (2010) a denomina como uma *função fraterna* que se instaurou no laço social.

Freud (2011, p. 45) nos alerta que “a vitória sobre o pai havia ensinado aos filhos que uma associação pode ser mais forte que o indivíduo” e que na nova organização entre os irmãos foi necessário se organizar a partir de duas vertentes que moviam o homem e a vida em sociedade: o trabalho e o sexo. Partindo disso, Freud (2011) aponta que a civilização necessita dessa união em relação ao trabalho e às relações sexuais devido ao fato de esses membros da comunidade buscarem meios para se unirem a partir dos laços identificatórios, sexuais e afetivos.

Não sendo o suficiente, o outro não é somente um objeto de desejo sexual, mas também é alvo dos instintos agressivos no homem, que busca humilhar, torturar, matar o próximo (FREUD, 2011). Devido a esse pendor à agressão, o autor indica que estamos em constante risco de destruir a nossa sociedade e a própria humanidade. Neste sentido, buscamos meios para evitar e punir os excessos, a violência, a quebra das leis. Impomos regras. Se “paixões movidas por instintos são mais fortes que interesses ditados pela razão” (2011, p. 58), é justamente por isso que recorreremos a tudo que é do social para impor limites e manter o que ainda resta da civilização.

Para satisfazer esses instintos é necessário descarregar essa agressividade em algo ou alguém. Nesse caso, se houvesse igualdade de bens e igual *status* social entre os homens, o que restaria seria a frustração e, assim, não haveria em quem depositar toda a agressividade internalizada no sujeito. Posteriormente, Freud

(2011) relata o quão difícil é a felicidade nesse espaço. Se é um sacrifício estar em liberdade e deixar à solta os instintos, é também difícil ser feliz nesse ambiente. Assim, tão caro é o preço da liberdade, pois se o homem trocou a felicidade pela segurança, gozar da cultura é correr os riscos de estar à solta na civilização.

Os muros cada vez mais altos e os códigos de conduta implantadas no ano de 1932 refletem o medo e o que determinava ser considerado civilização e barbárie. Bárbaros eram aqueles que invadiam os trens, feiras e comércios atrás de comida, que depredavam a cidade, que ocupavam ruas e calçadas pedindo dinheiro para sobreviver. Bárbaros eram os sujos e maltrapilhos que almejavam chegar à capital Fortaleza, mas por precaução ficaram nos campos de concentração postos em torno da cidade grande. Lembremos da proposta freudiana em que, para haver civilização, é preciso de pelo menos quatro elementos primordiais: o domínio da natureza, uma apresentação esteticamente bela da cidade, o instauro da ordem e da limpeza entre os homens e, por fim, o estabelecimento de laços sociais.

Tudo que Freud (2011) sugeriu estava íntegro no (in)consciente da população alencarina. Através do que nos foi posto pela citação do relatório oficial anteriormente apresentada, o desejo dos fortalezenses era uma ordem em vista dos interesses políticos. Seguindo este raciocínio, apontamos a miséria das massas, a propósito do que Freud adverte-nos que um laço social estabelecido pelas identificações não possui espaço para lideranças possíveis. A massa torna-se um só corpo, uma força. Assim, uma luta é travada no próprio sujeito a partir de duas forças: a vida (amor), representada na figura de Eros, e a morte (destruição). Disso, o sujeito passa a ser controlado e supervisionado e, se não descarrega essa agressividade em um outro, o grande risco é vir a depositar toda essa raiva em si mesmo.

A agressividade é introjetada, internalizada, mas é propriamente mandada de volta para o lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu. [...] A civilização controla então o perigoso prazer em agredir que tem o indivíduo, ao enfraquecê-lo, desarmá-lo e fazer com que seja vigiado por uma instância no seu interior, como por uma guarnição numa cidade conquistada (FREUD, 2011, p. 69).

Finalizando a vasta contribuição freudiana, o que nos é mostrado é que a cultura convoca os sujeitos a viverem em sociedade. Para isto, a partir do pacto entre irmãos, são necessárias as renúncias dos desejos individuais em prol da sobrevivência do coletivo. Estar em comunidade é abrir mão do próprio desejo para pensar em um corpo social comum.

Sobre a segregação dos povos: uma perspectiva psicanalítica

O que se inicia com Freud nos textos sobre os clãs primitivos e sua relação com o totem ou acerca da civilização e barbárie, tem continuidade e re-atualização com o passar das décadas. Desse modo, apresentamos aqui a referência psicanalítica a respeito do tema da segregação, que se desencadeia sob a perspectiva lacaniana lançada no famoso Seminário XVII, mas foi sistematizada pelo psicanalista francês Askofaré. Para pensar a segregação seguindo os passos de Lacan, Askofaré (2009) aponta que essa noção tem uma contínua relação com aquilo que é emergente e com a necessidade de dominação do discurso científico.

Segundo o autor, Lacan traz a ideia da segregação em três perspectivas centrais, a saber: o que é do laço social e do político, sobre a escola analítica e o passe, e, por fim, com relação ao discurso da ciência e a forclusão do amor e do sexo. É partindo disso, então, que o percurso lacaniano toma a posição de

prelucir a decadência do pai, segundo o mito freudiano, e passa a defender que a origem da fraternidade é a segregação (ASKOFARÉ, 2009, p. 346).

Ao que nos coloca o autor, Lacan expõe que a segregação não está como uma consequência do discurso científico e sim como sua própria origem. Voltando-se para o mito freudiano do totem e tabu, o irmão não precisa, necessariamente, ter laços de consanguinidade com o outro para alcançar essa denominação, ou seja, “a fraternidade é o efeito do significante” (ASKOFARÉ, 2009, p. 347).

No caso do mito, não é portanto a consanguinidade real, mas o reconhecimento de que eles são todos dois filhos da Morte – tornado pai e mesmo Nome-do-Pai – que os fazem irmãos. Mas não somente; sua fraternidade procede igualmente daquilo que eles são excluídos – o gozo, cujo pai morto tem a guarda –, disso que lhes é interdito – suas mães – e daquilo que lhes é permitido – o exercício de seu desejo ao lado das mulheres que não foram aquelas do pai (ASKOFARÉ, 2009, p. 348).

O que nos é posto por Askofaré é que Lacan, ao pensar sobre o mito de passagem da humanidade, deparou-se com a seguinte estrutura: separação, isolamento e concentração. Dessa maneira, os discursos existentes nas formações sociais estabelecidos através dos laços apontam que as instituições humanas se sustentam a partir da ideia da fraternidade que atravessa desde o seio familiar até toda a nação. Neste sentido, Lacan inverte, ao que parece, a posição da segregação em relação a fraternidade, e passa a não tratá-la mais como uma consequência desta e sim como algo que está implicado na fonte originária do que é o fraterno.

A noção da identificação percorre o contexto em que Lacan se refere à segregação, e, assim, essa identificação com a estrutura da escola psicanalítica em relação à Igreja e ao Exército tornam estreitos os laços da segregação tanto num contexto maior, como em grupos menores. Disso, a segregação é possível no social e nas grandes massas, como também é no particular. Dessa forma, os discursos

tiveram um papel fundamental na ocorrência da segregação, pois não é o discurso que possui um efeito segregador, mas um discurso que *é em si* segregador.

Para além do discurso e da linguagem, a ciência, por sua vez, tem seu espaço de grande renome na perspectiva lacaniana apresentada por Askofaré (2009). A segregação que se utiliza do discurso do avanço da ciência moderna torna o fenômeno segregador mais consistente e determinante no curso do desenvolvimento humano. Referindo-se aos psiquiatras e às investigações foucaultianas sobre a institucionalização da loucura, “Lacan toma seu ponto de partida então numa prática segregativa específica, aquela do encerramento da loucura e do isolamento dos loucos” (p. 350).

Assim sendo, o discurso científico ganha poder sobre o povo, assim como fora escrito por Rios (2014) que nas manchetes de jornais a medicina se sobrepunha ao curandismo. Sob essa nova ótica de mal-estar, tanto o sujeito quanto o discurso introduzem não somente o mal-estar, mas uma prática segregadora que envolve a organização dita acima, separação, isolamento e as concentrações de povos. Como sabemos, os exemplos utilizados por Lacan se voltam para grandes movimentos separatistas e de concentração, tais como o *apartheid* e as concentrações nazistas. Mas, como bem descrito no início deste trabalho, a história que aqui cruzamos com o pensamento psicanalítico inicia-se ainda no século XIX, vindo a ter sua ocorrência na década de 30 do século XX, bem no coração do Ceará.

Através da pergunta final que Askofaré (2009) propõe a si e a nós leitores, seguimos os passos de seu questionamento e tentamos compreender porque a prática da segregação se sustenta e se torna tão forte e repetitiva ao longo da história. O autor nos direciona, primeiramente, ao fato de que o discurso científico divide-se no puro sujeito da ciência – que não existe – e naquilo que está fora do

universo do sujeito, que está alheio a ele. Desse modo, existindo o Eu e o Outro que diferencia-se deste e que não é um semelhante, ocorrem os fenômenos denominados *efeitos de segregação* (p. 352).

Posteriormente, o caminho que o percurso da ciência faz é que para criar o conhecimento, ela deve separar, dissecar os corpos e classificá-los. Isto por si só é a prática e o efeito da segregação. Nesse dissecar, separar e classificar, lembramos com veemência de Agamben (2008), quando nos conta tudo aquilo que resta de Auschwitz. Havia um sujeito nos campos de extermínio nazistas que muito lembra a condição de não-humanidade do retirante nordestino, mesmo que em circunstâncias bastante distintas. Esse sujeito poderia ser o que Agamben, em suas investigações, aponta como *muçulmano*.

O que o filósofo trata é que o *muçulmano* chegou até o fim possível nos campos – a morte – e que por isso ele é, sem dúvida alguma, a “testemunha integral”, tal como Primo Levi dissera em seu texto⁵. O *muçulmano* é aquele que fica no limiar entre o que é humano e o que não o é. É, como Agamben (2008, p. 48) nos coloca, “um morto-vivo, um cadáver-ambulante”. Em nome da ciência, milhares morreram nos campos nazistas, campos de experimentação, lugar onde se fazia morrer, nada tão diferente dos campos cearenses. O método brutal que Hannah Arendt refere acerca dos mortos não deixa margem para a dúvida: ali havia uma “fabricação de cadáveres” (AGAMBEN, 2008, p. 77).

Nesse sentido, o discurso foucaultiano foi preciso e certo. Há nas entranhas do biológico a utilização do poder que, ao invés de fazer viver, era utilizada para fazer e deixar morrer o sujeito.

No continuum biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar

OLIVEIRA, Débora Passos de; SILVA, Lays Mendes. *Ser-tão* esquecido: a segregação e os campos de concentração na seca de 1932. *Mneme – Revista de Humanidades*, Caicó, v. 19, n. 42, p. 78-116, jan./jul. 2018. [Dossiê Sertões: conceitos e sentidos de uma categoria chave para a compreensão da historiografia luso-brasileira. Org. Dr. Eurípedes Funes – UFC e Dr. Evandro Santos – UFRN].

esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico (FOUCAULT, 1999, pp. 304-395 *apud* AGAMBEN, 2008, p. 89).

No cerne do biológico instaura-se o controle, o poder soberano que observa e domina as populações. O que as reflexões de Agamben (2008) nos aponta é que a partir do surgimento do biopoder, os povos se distribuem em populações e a saúde, as doenças e a mortalidade passam a ser frequentemente monitoradas. Neste rastro, a próxima cisão se dá justamente àqueles que teriam cidadania ou não. Para os nazistas, a distinção se dava no campo dos arianos e dos não-arianos, enquanto a denominação do sertão nordestino transitava entre flagelados, miseráveis, retirantes, nomes que definitivamente os diferenciava dos cidadãos civis de Fortaleza.

Entre cisões e rupturas, a história acontece, movimenta-se, pulsa. E com ela a Psicologia, assim como a Filosofia, acompanham tal percurso, inquietando, indagando e investigando. A súplica cearense⁶ final deste trabalho é para que não esqueçamos jamais aquilo que nosso povo passou e continua a passar, assim como os campos alemães também não devem ser esquecidos. Este trabalho é para lembrar que o mal habita em nós e que nós podemos ser os próximos algozes em maior ou menor escala. É para jamais esquecermos da história, que apesar de passada, é um presente constante.

Considerações finais

Com tudo o que expusemos neste trabalho, buscamos observar aquilo que resta dos rastros da seca, tentando fazer uma leitura psicanalítica e, ainda que mais sutilmente, filosófica desse acontecimento histórico. O longo percurso aqui traçado foi realmente necessário para expor tantas inquietações e reflexões sobre a prática da segregação nos movimentos de massas. Essa prática, que atravessa infinitas guerras, mitos e gerações continua a se sustentar pelo nosso próprio discurso, por nossa própria ideia de fraternidade que ilusoriamente tentamos sustentar.

Por isso é tão importante pensar o dueto civilização e barbárie, um não é possível sem o outro. Também é tão necessário fazer o resgate da linha histórica. Na história é retratada o sentimento ambivalente de amor e ódio entre os homens, de agressividade para o eu e para si e sobre a união e a separação, o ideal de fraternidade. Finalizamos este trabalho pensando sobre o homem e sua condição de humanidade ou não em meio ao social. Aquilo que pode ser determinante para sua inclusão ou não na sociedade civil tem um fundamento no biológico, mas também tem no jurídico e no social. É neste fundamento que podemos ver o ato segregador que será amparado pelo discurso da ciência e pelo sujeito que este sustenta.

Tão importante é destacar também o pensamento sobre a utilização do corpo como um objeto descartável ou apenas para mera execução do labor. Entendemos aqui o que nos foi posto por Hannah Arendt (AGUIAR, 2018) não somente em relação à dissecação dos corpos, mas também em relação à sua advertência e responsabilidade em nos informar que a banalidade do mal é possível em todos nós. Assim, seguimos com Arendt no alerta de cuidar-nos em meio as

massas, de observarmos se não somos apenas uma peça da engrenagem que tomada pelo medo ou pelo discurso científico, segrega, separa e isola.

Desse modo, o rastro que a seca deixa toma conta de uma história bastante desconhecida pelos cearenses, uma história quase apagada. Afinal, o que na história não é bonito não se gosta de lembrar. O *ser-tão* é esquecido e escrito assim mesmo, com a palavra separada. Nos é tão cara a liberdade, a felicidade, a cultura... Enquanto aquele que vem do sertão é um *ser* constantemente não lembrado. Entre guerras e tragédias, mortos e feridos, continuamos a indagar os acontecimentos aqui expostos. Seguimos pensando sobre esses aspectos, refletindo possibilidades e clamando para que o extermínio pare. Errando e aprendendo um pouco todos os dias, seguimos, ainda, tentando não repetir os mesmos erros.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. Tradução: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGUIAR, Odílio Alves. **Violência e banalidade do mal. Revista CULT**. São Paulo: Janeiro, 2018, edição especial, ano 21, nº 9, 2018.

ASKOFARÉ, Sidi. Aspectos da segregação. **Rev. A peste**, São Paulo, v. 1, n. 2, pp. 345-354, jul./dez. 2009.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Débora Passos de; SILVA, Lays Mendes. *Ser-tão* esquecido: a segregação e os campos de concentração na seca de 1932. *Mneme – Revista de Humanidades*, Caicó, v. 19, n. 42, p. 78-116, jan./jul. 2018. [Dossiê Sertões: conceitos e sentidos de uma categoria chave para a compreensão da historiografia luso-brasileira. Org. Dr. Eurípedes Funes – UFC e Dr. Evandro Santos – UFRN].

KEHL, Maria Rita. Existe uma função fraterna? **Correio da APPOA/Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Ano. 1, n.1, pp. 13-30 (1993), Abril 2010.

LACAN, Jacques. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro; versão final Angelina Harari e Marcus André Vieira; preparação de texto André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, pp. 248-264.

LACAN, Jacques. Édipo e Moisés e o pai da horda (1970). In: LACAN, Jacques. **O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise, 1969-1970**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; [versão brasileira de Ari Roitman, consultor, Antonio Quinet]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992, pp. 107-123.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Ana. A grande seca de 1877. **Jornal O Povo**. 10/03/2013. Disponível em <https://www20.opovo.com.br/app/colunas/anamiranda/2013/03/09/noticiasana-miranda,3018832/a-grande-seca-de-1877.shtml>. Acesso em 23 Nov 2017.

NEVES, Frederico de Castro. Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915). **Trajetos**. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 3, n° 6, pp. 113-138, 2005.

NEVES, Frederico de Castro. Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

PONTE, Sebastião Rogério. Uma Padaria Espiritual numa cidade material. In: CARDOSO, Gleudson Passos; PONTE, Sebastião Rogério (Orgs.). **Padaria Espiritual: vários olhares**. Fortaleza: Aramazém da Cultura, 2012.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

Artigo recebido em 10 de fevereiro de 2018. Aprovado em 30 de maio de 2018.

Notas

- 1 Fratria é o termo utilizado para tratar do pacto civilizatório entre irmãos (instaurado no laço social) a partir da retirada de uma figura tirana do poder (o pai simbólico). Esse pacto infere que os irmãos, ainda que não sejam de sangue, renunciem a certas satisfações pulsionais como condição para pertencer à coletividade e se beneficiar desta. A retirada do pai simbólico intensifica os laços fraternos e a proteção pelo coletivo (KEHL, 2010).
- 2 Eram considerados bons costumes seguir o código de posturas imposto pelo saber higienista. Muitas das pessoas que chegavam às cidades estavam desprovidas de higiene e comida, o que levava a roubos de alimentos. O não alojamento de pessoas, fazia com que se aglomerassem nas ruas e calçadas. Além disso, era necessário vigiar o comportamento sexual, colocados como “atos indecorosos” (CORREIO DO CEARÁ, 06/05/32 *apud* RIOS, 2014, p. 97), e a raspagem do cabelo, a fim de evitar a proliferação de piolho (RIOS, 2014, p. 123). Por vezes, os jornais de Fortaleza apontavam características bárbaras dos cidadãos, gerando temor e maior vigilância da população. Foram principalmente esses meios de comunicação que causaram o medo dos fortalezenses, afinal eles também eram representantes do governo e eram utilizados como meio oficial de comunicação entre o governo e o povo. Os principais meios que ressaltavam estas características eram o jornal O Povo – representante do Partido Social Democrático criado a partir da Aliança Liberal – e O Nordeste – representante da burguesia católica conservadora (RIOS, 2014, p. 10).
- 3 Através das pesquisas encontramos o registro das pessoas que chegavam aos campos de concentração. Segundo a edição do jornal O Povo de 30/06/1932 havia um todo de 73.918 retirantes. “6.507 em Ipu, 1.800 em Fortaleza, 4.542 em Quixeramobim, 16.221 em Senador Pompeu, 28.648 em Cariús e 16.200 em Buriti” (RIOS, 2014, p. 91).
- 4 Mesmo título que inicia o capítulo da segunda parte de *A sombra do flagelo: entre o plano e o pânico*, da obra de Rios (2014).
- 5 LEVI, Primo “*Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, pp. 47-48)”, referenciado por Agamben (2008, p. 67).
- 6 Referência à música “*Súplica Cearense*”, de Nelinho e Gordurinha, eternizada na voz de Luíz Gonzaga.